

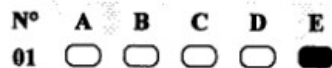
25º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

CADERNO DE QUESTÕES

Prezado(a) candidato(a),

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO, enquanto aguarda o sinal de início da prova:

1. Não manuseie o caderno de prova antes da autorização dada pelo fiscal de sala;
2. O caderno de provas deverá conter 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha e 1 (uma) questão discursiva, distribuídas nas páginas de 2 a 5; havendo qualquer anormalidade, solicite a imediata substituição ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova;
3. Só há uma resposta certa por questão objetiva, assinale-a na folha de respostas preenchendo completamente o quadro correspondente à letra escolhida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Atenção: é preciso preencher por completo conforme o desenho onde, no exemplo, está assinalada a alternativa “E”:



4. Na questão discursiva atenha-se ao número de linhas indicado. O conteúdo que exceder o limite não será, de modo algum, considerado;
5. Utilize caneta de tinta azul ou preta ao preencher a folha de resposta discursiva;
6. Na folha de resposta discursiva não deverá ser feito qualquer sinal fora dos lugares reservados às respostas, qualquer anotação que possibilite identificar o autor da prova ensejará a anulação desta;
7. Não haverá substituição das folhas de respostas;
8. Não será permitido o uso de telefone celular ou qualquer outro aparelho de comunicação, que deverão permanecer desligados durante a prova;
9. Não será permitida consulta a impressos ou equipamentos elétricos ou eletrônicos;
10. Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas.;
11. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e ao final do tempo previsto as Folhas de Respostas serão recolhidas, ainda que parcialmente preenchidas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação;
12. Será eliminado do concurso o candidato que faltar com o respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou com os demais candidatos, for flagrado utilizando-se de qualquer meio em tentativa de burlar a prova, for responsável por falsa identificação pessoal, ausentar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou retirar da sala as Folhas de Respostas;
13. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e deixe o local de provas;
14. O candidato poderá levar o caderno de questões após 3h30 (três horas e trinta minutos) de prova;
15. Após conferir sua prova e folha de resposta, assine nos locais indicados.

Boa prova!

Escreva seu nome por extenso no campo abaixo:

CANDIDATO(A):	
---------------	--

QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 1) Sobre as funções institucionais do Ministério Público, conforme a previsão do art. 129 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta:

- a) É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- b) Ao Ministério Público, cabe promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- c) O Ministério Público pode requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- d) Pode o Ministério Público, desde que necessário, promover a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, observado o interesse social;
- e) Pode o Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Questão 2) Considere as afirmativas abaixo acerca da ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de inconstitucionalidade de constitucionalidade e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I. São legitimados a propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; e Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- II. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será determinada, pelo Supremo Tribunal Federal, a intimação do Procurador-Geral da República para, em 30 (trinta) dias, responsabilizar o órgão omissor, sem prejuízo de se promover a intimação do Advogado-Geral da União, para a mesma finalidade, na hipótese de interesse federal.
- III. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Apenas são verdadeiras as afirmativas I e II.
- b) Todas as afirmativas são falsas;
- c) Somente a afirmativa I é verdadeira;
- d) Apenas a alternativa II é falsa.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

Questão 3) Sobre as emendas à Constituição, considere as assertivas abaixo e, ao final, escolha a alternativa correta:

- I. Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- II. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República; de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- IV. A proposta de emenda à Constituição deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

- a) São verdadeiras todas as assertivas;
- b) Somente as assertivas II e IV são verdadeiras.
- c) Somente são verdadeiras as alternativas II e III.
- d) São verdadeiras as alternativas I, III e IV.
- e) São falsas as alternativas I e II.

Questão 4) Sobre a previsão constitucional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- b) O Ministério Público tem como princípios institucionais, conforme previsto no art. 127 da Constituição Federal, a unidade, divisibilidade e a independência funcional.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) O membro do Ministério Público detém como uma de suas garantias funcionais a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão administrativa do Conselho Superior, por maioria absoluta, observado o contraditório e a ampla defesa.
- e) Pode o membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.

Questão 5) Acerca dos direitos políticos, analise as assertivas abaixo e, ao final, escolha a alternativa correta:

I. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; e iniciativa popular.

II. É vedada a cassação de direitos políticos, mas se admite sua perda no caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

III. A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é uma das hipóteses de suspensão de direitos políticos.

IV. Poderá ocorrer a suspensão de direitos políticos no caso de improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º, da CF.

- a) Apenas são verdadeiras as assertivas I e II.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas são falsas as assertivas I e IV.
- d) Apenas são verdadeiras as assertivas I, II e III.
- e) São verdadeiras, apenas, as assertivas I e III.

Questão 6) São objetivos das licitações públicas, exceto:

- a) Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- b) Garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.
- c) Buscar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) Evitar contratações com sobrepreço.
- e) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais rápido para a Administração Pública, observada a necessidade de duração dos bens contratados por prazo superior a um ano.

Questão 7) Em relação às hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei 8.666/93, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. É inexigível a licitação quando, mesmo viável a competição, o administrador afirma ser a contratação direta aquela que, ao final, traduzirá maior economicidade, formal e substancial, ao ente público.
- II. É inexigível a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- III. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, entre outros casos, para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a

comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

IV. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, entre outros casos, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

- a) Apenas são verdadeiras as assertivas II e III.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas são verdadeiras as assertivas III e IV.
- d) Apenas são verdadeiras as assertivas II e IV.
- e) Apenas são verdadeiras as assertivas I e II.

Questão 8) Acerca dos crimes contra o patrimônio, é incorreto afirmar:

- a) responde pelo crime de furto o agente que subtrai para si cinquenta computadores da Caixa Econômica Federal, com o uso de arma de fogo em face do gerente da agência.
- b) responde pelo crime de apropriação indébita previdenciária o empregador que deixa de repassar ao INSS, no prazo e forma legal ou convencional, as contribuições recolhidas dos seus funcionários.
- c) se Maria receber os valores referentes ao salário-maternidade, mediante a apresentação de documento falso ao INSS, o qual atesta vínculo empregatício inexistente, responde pelo crime de estelionato com causa de aumento de pena.
- d) o crime de furto é qualificado se for praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- e) responde pelo crime de dano qualificado o agente que destrói o carro que pertence ao patrimônio do INSS.

Questão 9) Considere a seguinte situação hipotética: João, Pedro e Carlos combinaram previamente, invadiram o prédio da FUNAI, durante a noite, e subtraíram os dois carros oficiais estacionados na garagem, aproveitando-se do horário em que o vigilante estava em ronda nos andares superiores.

Sendo assim, marque a alternativa correta:

- a) João, Pedro e Carlos responderão pelo mesmo crime e terão a mesma pena, uma vez que ajustaram previamente a praticaram o crime juntos.
- b) na situação narrada houve o crime de furto simples.
- c) caso João, Pedro e Carlos tivessem articulado a prática do crime, mas no dia tivessem desistido voluntariamente de sua prática, responderiam pela forma tentada.

d) no que se refere ao concurso de pessoas, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

e) na situação narrada houve o crime de roubo qualificado.

Questão 10) Quantos aos crimes contra a administração pública, é correto afirmar:

a) responde pelo crime de peculato o funcionário da Caixa Econômica Federal que subtrai para si, valendo-se da facilidade proporcionada pelo exercício de suas funções, valores depositados em conta-corrente de clientes do banco.

b) responde pelo crime de corrupção passiva o terceiro que oferece, ao agente da Polícia Rodoviária Federal, o valor R\$ 200,00 para não ser feita a apreensão de seu carro, que se encontra com licenciamento vencido.

c) desobedecer a ordem legal de funcionário público não configura crime.

d) não pratica crime, mas apenas está sujeito à multa perante o órgão lesado, o agente que deixa de pagar o imposto devido por conta de importação de mercadoria.

e) pratica crime de descaminho o agente que importa mercadoria proibida.

Questão 11) Considere que Marta, que está grávida, foi presa em flagrante, ao introduzir em circulação moeda falsa, com o fim de realizar o pagamento de compra de bebidas alcoólicas, em estabelecimento comercial localizado em Salvador/BA. Neste caso, é possível afirmar que:

a) o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, não precisa verificar se houve legalidade na prisão, pois isto já é feito pelo delegado de polícia.

b) a prisão de Marta e o local onde se encontre serão comunicadas imediatamente ao juiz competente, mas é prescindível a comunicação ao Ministério Público.

c) a prisão preventiva de Marta poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado por seu estado de liberdade.

d) uma vez decretada a prisão preventiva de Marta após a prisão em flagrante, só poderá haver sua reapreciação na sentença.

e) o Código de Processo Penal prevê hipótese de conversão de prisão preventiva em domiciliar, mas não contempla a situação de Marta, que está grávida.

Questão 12) Sobre o inquérito policial e ação penal, assinale a alternativa correta:

a) a ação penal pública não é privativa do Ministério Público.

b) se o delegado de polícia concluir pelo indiciamento do investigado em seu relatório final no inquérito policial, o Ministério Público não poderá promover o arquivamento.

c) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

d) caso o delegado de polícia tenha feito o relatório final, o Ministério Público não poderá fazer a devolução do inquérito policial à autoridade policial, para a realização de novas diligências.

e) somente o delegado de polícia poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Questão 13) Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), pode-se afirmar:

a) o ANPP é cabível em crimes que tenha pena máxima até 4 anos.

b) para celebrar o ANPP o investigado não precisa confessar a prática da infração penal, uma vez que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

c) o ANPP não está sujeito a homologação judicial, pois é celebrado com o Ministério Público antes do oferecimento da denúncia.

d) o ANPP será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

e) é cabível o ANPP nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.

Questão 14) Sobre a sentença criminal e os recursos no processo penal, é correto afirmar:

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

b) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória se o Ministério Público tiver entendido pela absolvição.

c) Caberá recurso, no sentido estrito, no prazo de 10 dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

d) não cabe recurso da decisão que concluir pela incompetência do juízo, podendo, no caso, ser impetrado Mandado de Segurança.

e) O Ministério Público poderá desistir do recurso de apelação que haja interposto.

Questão 15) Assinale a alternativa em que haverá resolução do mérito na decisão judicial:

- a) Quando for verificada a ausência de legitimidade ou de interesse processual;
- b) Quando for decidido, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
- c) Quando for acolhida a alegação de existência de convenção de arbitragem;
- d) Quando reconhecida a existência de preempção;
- e) Quando, em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

Questão 16) Assinale a alternativa que não contém um requisito da petição inicial:

- a) O juízo a que é dirigida;
- b) O pedido com as suas especificações;
- c) O requerimento para a citação do réu;
- d) As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;
- e) O valor da causa.

Questão 17) Assinale a alternativa que não indica um recurso:

- a) Embargos de declaração;
- b) Embargos de divergência;
- c) Embargos de terceiro;
- d) Agravo interno;
- e) Agravo em recurso especial.

Questão 18) Assinale a alternativa que aponta uma pessoa jurídica de direito privado:

- a) União;
- b) Distrito Federal;
- c) Autarquia;
- d) Partido político;
- e) Associação pública.

Questão 19) É anulável o negócio jurídico:

- a) Se for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- b) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- c) Quando não revestir a forma prescrita em lei;
- d) Se for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- e) Por vício resultante de dolo.

Questão 20) Não é um direito básico do consumidor:

- a) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- b) A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- c) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
- d) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
- e) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, sempre que proposta demanda visando à reparação de danos no processo civil.

QUESTÃO DISCURSIVA

Presos numa caverna subterrânea e sem perspectivas imediatas de resgate, quatro espeleólogos decidem, todos em comum acordo, “tirar a sorte” num jogo de dados. O perdedor seria sacrificado para alimentar com seu corpo os demais, para que estes sobrevivessem na esperança dum resgate. (O Caso dos Exploradores de Cavernas, de LON L. Fuller).

No que diz respeito às excludentes de antijuridicidade ou ilicitude, discorra, em no máximo vinte linhas, sobre:

- a) As excludentes de ilicitude previstas no Código Penal;
- b) Legítima Defesa X Estado de Necessidade
- c) Estado de Necessidade Justificante
- d) Estado de Necessidade Exculpante

rascunho

rascunho